

# Relatório e Contas Consolidadas 2020



Pousada da Juventude da  
Caldeira de Santo Cristo, Lda



## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>Empresa</b> .....	<b>6</b>
1.1.	Informação Geral .....	6
1.2.	Órgãos Sociais .....	8
<b>2.</b>	<b>Atividades Desenvolvidas</b> .....	<b>10</b>
2.1.	Ilha de Santa Maria .....	11
2.1.1.	Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria.....	11
2.1.2.	Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria .....	12
2.1.3.	I Bootcamp de Empreendedorismo de Santa Maria.....	13
2.2.	Ilha Graciosa .....	14
2.3.	Ilha das Flores.....	14
2.3.1.	Hotel das Flores.....	14
2.3.2.	Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão .....	15
2.3.3.	Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão.....	15
2.4.	Ilha de São Jorge .....	16
2.5.	Investimento/Exploração dos Campos de Golfe da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira.	17
2.6.	Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial .....	19
2.6.1.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores .....	19
2.6.2.	Linha de Crédito Açores Investe II.....	19
2.6.3.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II .....	20
2.6.4.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	20
2.6.5.	Medidas de Apoio ao Emprego .....	21
2.7.	Compromissos Financeiros e Financiamento .....	22
<b>3.</b>	<b>Recursos Utilizados</b> .....	<b>23</b>
3.1.	Recursos Humanos.....	23
3.2.	Recursos Técnico-Investimentos.....	23
<b>4.</b>	<b>Situação Económica – Financeira</b> .....	<b>23</b>
4.1.	Situação Económica .....	23
4.1.1.	Proveitos .....	23
4.1.2.	Custos .....	24
4.1.3.	Resultados .....	24
4.2.	Situação Financeira .....	24
4.3.	Dados Económico – Financeiros.....	25
4.4.	Indicadores Económico – Financeiros.....	25
<b>5.</b>	<b>Factos Relevantes após o Termo do Exercício</b> .....	<b>26</b>
<b>6.</b>	<b>Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social</b> .....	<b>26</b>

<b>7.</b>	<b>Perspetivas</b> .....	27
<b>8.</b>	<b>Agradecimentos</b> .....	27
<b>9.</b>	<b>Contas</b> .....	30
9.1.	Balanço consolidado .....	31
9.2.	Demonstração dos resultados consolidados por natureza.....	32
9.3.	Demonstração dos resultados consolidados por funções .....	33
9.4.	Demonstração dos fluxos de caixa consolidados.....	34
9.5.	Demonstração consolidada das alterações no património líquido .....	35
9.6.	Anexos às demonstrações financeiras consolidadas .....	37
<b>1.</b>	<b>Identificação da Entidade</b> .....	38
<b>2.</b>	<b>Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras</b> .....	38
2.1.	Bases de apresentação .....	38
2.2.	Derrogação das Disposições do SNC.....	39
2.3.	Comparabilidade das Demonstrações Financeiras .....	39
<b>3.</b>	<b>Principais Políticas Contabilísticas</b> .....	39
3.1.	Consolidação .....	40
3.2.	Conversão cambial .....	40
3.3.	Ativos fixos tangíveis.....	41
3.4.	Ativos fixos intangíveis.....	42
3.5.	Imparidade de ativos não financeiros .....	42
3.6.	Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial).....	43
3.7.	Inventários.....	44
3.8.	Clientes e dívidas de terceiros .....	44
3.9.	Caixa e seus equivalentes .....	44
3.10.	Capital .....	45
3.11.	Empréstimos obtidos.....	45
3.12.	Imposto sobre o rendimento .....	45
3.13.	Benefícios aos empregados .....	46
3.14.	Provisões .....	46
3.15.	Subsídios e apoios do Governo .....	47
3.16.	Locações.....	47
3.17.	Especialização dos exercícios.....	48
3.18.	Rédito.....	48
3.19.	Resultados financeiros.....	49
3.20.	Principais fontes de incerteza das estimativas .....	49
3.21.	Classificação da demonstração da posição financeira .....	49
3.22.	Eventos subsequentes .....	50

4.	<b>Fluxos de Caixa</b> .....	50
5.	<b>Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas</b> .....	50
6.	<b>Ativos Tangíveis</b> .....	50
7.	<b>Ativos Intangíveis</b> .....	51
8.	<b>Participações Financeiras</b> .....	52
9.	<b>Inventários</b> .....	52
10.	<b>Clientes</b> .....	53
11.	<b>Outros créditos a receber</b> .....	53
12.	<b>Estado e Outros Entes Públicos</b> .....	55
13.	<b>Diferimentos</b> .....	55
14.	<b>Variações na rubrica de Património Líquido</b> .....	56
15.	<b>Capital Subscrito</b> .....	56
16.	<b>Reservas Legais</b> .....	57
17.	<b>Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido</b> .....	57
18.	<b>Financiamentos Obtidos</b> .....	58
19.	<b>Fornecedores</b> .....	58
20.	<b>Outras Dívidas a Pagar</b> .....	59
21.	<b>Rédito</b> .....	59
22.	<b>Subsídios à exploração</b> .....	60
23.	<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b> .....	60
24.	<b>Gastos com o Pessoal</b> .....	61
25.	<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b> .....	61
26.	<b>Outros Gastos e Perdas</b> .....	62
27.	<b>Gastos e Rendimentos Financeiros</b> .....	62
28.	<b>Garantias prestadas</b> .....	63
29.	<b>Imposto sobre o Rendimento do exercício</b> .....	63
30.	<b>Disposições Legais</b> .....	64
31.	<b>Eventos subsequentes</b> .....	64
9.7.	<b>Mapas Orçamentais Consolidados</b> .....	66
9.7.1.	<b>Operações Internas e Fora do Perímetro – Recebimentos e pagamentos</b> .....	68
9.7.2.	<b>Operações Internas e Fora do Perímetro – Liquidações e obrigações</b> .....	70
9.7.3.	<b>Demonstração consolidada do desempenho orçamental</b> .....	72
9.7.4.	<b>Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza</b> .....	73
10.	<b>Relatório e Certificação Legal das Contas</b> .....	74

# Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

## Relatório de Gestão Consolidado 2020



Senhores Acionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da “ILHAS DE VALOR, S.A.” referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2020.

## 1. Empresa

### 1.1. Informação Geral



A sociedade **Ilhas de Valor, S.A.**, tem como empresa participada a Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

**Capital:** 9.000.000,00 €.

**Participação no Capital Social:**

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,56%	4.550.000,00€
Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado e registado correspondendo a 9 milhões de euros.

Nos termos do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de Setembro (SNC-AP), e que nos seus aspetos essenciais, foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O Relatório Consolidado de Gestão apresenta de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo Código das Sociedades Comerciais.

### **Objeto social:**

1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;

b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;

c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;

d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;

b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;

c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;

d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

## 1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Ilhas de Valor, S.A., à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

### 1 - Mesa da Assembleia-Geral:

**Presidente:** José de Sousa Rego – com renúncia a partir de 24 de novembro de 2020

**Vice-Presidente:** Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

**Secretária:** Vera Cristina Pereira Sousa

### 2 - Conselho de Administração:

**Presidente:** Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

**Vogal Executivo:** Diana Rosa Ávila Valadão

**Vogal Executivo:** Alberto da Silva Costa

### 3 - Órgão de Fiscalização:

**Fiscal Único** - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

**Fiscal Suplente** – Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

Estes Órgãos Sociais foram eleitos em dezembro de 2017, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Ata de Assembleia Geral n.º 88, de 15 de dezembro de 2017.

Os principais elementos curriculares e funções exercidas por cada membro do Conselho de Administração, e de acordo com a alínea c) do artigo 16º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:

**Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves**, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..

Possui o Curso de "Formação Pedagógica de Formadores" e é Contabilista Certificada, como Membro Nº 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.

Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas:

Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

**Diana Rosa Ávila Valadão**, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;

- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;

- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Desde 1 de julho de 2009 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

**Alberto da Silva Costa**, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para

as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;
- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;
- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;
- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.
- Desde 09 de abril de 2013 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

A Participada Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda, a 31 de dezembro de 2019 tinha como membros da Gerência:

- Diana Rosa Ávila Valadão;
- Manuel António das Matas dos Santos.

## 2. Atividades Desenvolvidas

A Ilhas de Valor, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, no prosseguimento da sua atividade ao longo do ano de 2020, sofreu um forte impacto na sua atividade normal, motivado pela pandemia da Covid-19, contudo conseguiu desenvolver inúmeras iniciativas que contribuíram para consolidar um conjunto de processos relativos ao desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços, também relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, nomeadamente com processos de loteamentos, melhoria e reabilitação. Concluiu algumas das atividades que estavam em curso e com o arranque de novos projetos.

Foi inaugurada a obra de reabilitação do edifício das antigas Oficinas Gerais para adaptação a Incubadora de Empresas de Santa Maria, visando a promoção da inovação e do empreendedorismo.

Neste contexto, a sociedade Ilhas de Valor, S.A., acompanhou, concebeu e executou políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Manteve o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, bem como, a execução de diversos investimentos necessários ao bom funcionamento

dessas unidades hoteleiras, assim como o funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão nas Flores, dos Campos de Golfe em São Miguel e Terceira, bem como gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial.

É de realçar, o acompanhamento dado na Incubadora de Empresas às empresas pré-Incubadas, tanto na orientação jurídica, financeira e na ajuda ao arranque das atividades empresariais, com formação e mentoria, numa partilha de boas práticas e conhecimento, vetores que se pretendem sempre traduzir na inovação, eficiência organizacional e vantagens para os empreendedores.

Manteve-se o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, assim como o funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, à gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial.

Procedeu-se também ao acompanhamento da atividade da empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Porém o ano de 2020, ficou condicionado pelo surto de coronavírus – COVID-19, um surto pandémico que nos obrigou por decisão governamental, a suspender a atividade presencial, até ao mês de junho, tendo sido um momento complexo que vivemos motivado pela pandemia, com impactos reais e tendo em conta que os empresários não puderam desenvolver as suas atividades. Face a esta situação de pandemia motivada pela Covid-19 o plano inicial de atividades sofreu grandes condicionalismos, contudo foi possível organizar diversos eventos, nomeadamente formações, ações de sensibilização, workshops e webinars.

## 2.1. Ilha de Santa Maria

### 2.1.1. Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria

Procedeu-se ao acompanhamento dos processos de loteamentos em bairros situados na Zona do Aeroporto de Santa Maria, privilegiando o direito à habitação das famílias que residem naquela zona, que passaram a ter ao seu dispor diversas soluções, como a aquisição das habitações ou o arrendamento com opção de compra.

Ao longo de 2020 desenvolveram-se diversas ações de manutenção e dinamização dos diversos espaços públicos e edifícios comerciais, tendo em vista o aproveitamento para efeitos de turismo, comércio, indústria e/ou serviços e sua rentabilização, bem como trabalhos de limpeza e manutenção das áreas circundantes e zonas públicas do Lugar do Aeroporto e ainda a dinamização dos espaços e áreas.

*ILUSTRAÇÃO 1 E 2: ZONA DO AEROPORTO DE SANTA MARIA*



### 2.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria

Em março de 2020 ocorreu a inauguração e abertura da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, INCUBA+, obra iniciada em maio de 2018 e que reabilitou o Edifício das antigas oficinas no Aeroporto de Santa Maria. Este investimento corresponde a um valor superior a 1 milhão e 800 mil euros, com financiamento comunitário PO2020 e o restante por orçamento da Ilhas de Valor, S.A. no âmbito de Contrato Programa da Coesão. O mesmo corresponde a empreitada e ainda aquisição de diversos equipamentos e mobiliário essenciais.

Com a inauguração foram assinados 24 contratos de pré-Incubação, o que só por si veio dar a resposta da importância que a comunidade mariense deu a esta valência, tendo aparecido ao longo do ano mais manifestações de interesse para adesão à Incubadora de Empresas.

ILUSTRAÇÃO 3 E 4: INCUBADORA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL DE SANTA MARIA -INCUBA+



Também no ano de 2020 foram concluídos outros trabalhos na Incubadora, nomeadamente pavimentos e pequenas obras de ajustamento em espaços do edifício.

A Incubadora de Santa Maria contava à data de dezembro de 2020 com 22 projetos em contrato de Pré-Incubação o que representa uma taxa de ocupação de cerca de 95% da capacidade instalada. Se tivermos em conta que o período de funcionamento é inferior a 1 ano, podemos concluir que se tratou de um enorme êxito a aposta da criação dessa estrutura na ilha de Santa Maria. Face à atual situação de pandemia motivada pela Covid-19 o plano inicial de atividades sofreu grandes condicionalismos, contudo foi possível organizar diversos eventos, nomeadamente formações, ações de sensibilização, workshops e webinars.

### 2.1.3. I Bootcamp de Empreendedorismo de Santa Maria

De 20 a 22 de fevereiro foi realizado o “I Bootcamp de Empreendedorismo de Santa Maria”. As Incubadoras de Empresas assumem um papel enquanto fator de promoção da inovação, contrariando a taxa de insucesso dos negócios e garantindo um ambiente de confiança, através do seu suporte, perante os riscos do investimento.

No sentido de desenvolver os conhecimentos da comunidade empreendedora, a Ilhas de Valor, S.A. promoveu na Incubadora este evento com formação dos empreendedores e empresários, com sessões de formação na área do empreendedorismo, finanças e medidas de apoio empresarial.

Esta formação é anterior às medidas do Covid-19, tendo sido aberta também aos empresários locais e contou com 42 participantes.

Nesta formação foi também promovida a capacitação dos Técnicos da Incubadora.

## 2.2. Ilha Graciosa

O turismo na Graciosa é sem dúvida uma das fortes componentes da atividade económica, através das suas gentes e a sua conhecida hospitalidade, com séculos de experiência, promovendo um contato com a natureza, cultura e história.

Para o Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas, a Ilhas de Valor, S.A., tem um contrato de cessão de exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009.

Para o ano de 2020 estava previsto efetuarmos diversas obras de reabilitação e aquisição de equipamentos que se mostravam necessárias tendo em vista uma melhoria dos serviços prestados, que se pretende que sejam de qualidade. Nomeadamente na reparação de infiltrações, reparação e melhoria da piscina e porta principal de acesso ao hotel. Apesar de termos orçamentado para 2020 um montante de 160.000,00 € face à situação de pandemia não foi possível prosseguirmos com tal investimento pelo que não foi investido qualquer verba nessa unidade hoteleira no ano de 2020, estando previsto para 2021.

## 2.3. Ilha das Flores

### 2.3.1. Hotel das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a cessão da Exploração do Hotel das Flores com a Fundação INATEL. Ao longo do ano de 2020 e anteriores, tem sido mantido o acompanhamento no funcionamento e exploração da atividade Hoteleira.

O Hotel das Flores foi um investimento basilar e que tem tido um efeito reprodutivo muito saliente no desenvolvimento da Ilha, até porque se associa a outros investimentos em infraestruturas florentinas importantes e ligadas à atividade turística, como é o caso do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão e Centro de Interpretação Ambiental, reforçando e impulsionando a atividade económica da ilha, gerando empregos diretos e dinamizando atividades com ela relacionadas.

Tal como previsto no nosso Plano de Atividades para 2020 foram efetuadas pequenas intervenções de reabilitação e melhoria no Hotel das Flores.

ILUSTRAÇÃO 5 E 6: HOTEL DA GRACIOSA E FLORES



### 2.3.2. Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão

No Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB), manteve-se o acompanhamento e parceria no desenvolvimento da atividade, como fator importante de oferta turística desta Ilha, estando a gestão e funcionamento do mesmo a cargo do departamento governamental na área do Ambiente.

O Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB) foi concebido nos tanques onde se armazenava o óleo da baleia que era derretido na Fábrica da Baleia do Boqueirão. É um espaço dedicado à promoção e ao conhecimento dos locais com maior interesse ambiental da ilha, com destaque para os ambientes marinhos.

Este empreendimento contribui para a valorização dos empreendimentos circundantes, propriedade da Ilhas de Valor S.A., como o Hotel e o Museu.

### 2.3.3. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão assume como missão a salvaguarda da sua coleção, assegurando uma investigação contínua, a par do seu enriquecimento e divulgação, no sentido de eternizar aquela que foi uma parcela significativa da História da Ilha das Flores e que é transversal a todos os açorianos.

Procedeu-se à aquisição de diverso equipamento e mobiliário, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, nomeadamente com equipamento de projeção e merchandising, com vista à valorização dos produtos e estimulando as vendas no próprio local de exposição. Manteve-se esta infraestrutura em funcionamento com a manutenção de 4 postos de trabalho, sendo 3 efetivos e 1 ao abrigo do Programa Estagiar T. Face à pandemia gerada pela COVID-19 existiu uma significativa redução do número de visitantes tendo-se registado em 2019 proximamente 6.100 visitantes sofrendo uma significativa redução em 2020 para 3064 visitantes.

ILUSTRAÇÃO 7 E 8: MUSEU DA FÁBRICA DA BALEIA DO BOQUEIRÃO



Por conta do Contrato Programa celebrado para a Coesão, são também assumidos os encargos com o respetivo pessoal e todas as despesas de funcionamento do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão nas Flores.

## 2.4. Ilha de São Jorge

Tal como em anos anteriores, no decurso do exercício de 2020 a empresa procedeu ao acompanhamento da atividade desta unidade, verificando-se um importante e imenso contributo na atividade turística, atuando como um dos pilares de desenvolvimento e progresso socioeconómico da ilha, possibilitando desta forma o pagamento de investimentos relacionados com a empreitada e respetivos equipamentos.

Em maio de 2019 foi celebrado um Contrato de cedência de exploração entre a Região Autónoma dos Açores, Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda e a sociedade PJA - Pousadas de Juventude dos Açores, S.A., em substituição ao Contrato de cessão de exploração celebrado a vinte e nove do mês de julho do ano de 2011, atendendo a que o atual modelo de exploração se encontrava desajustado dos objetivos definidos pelo Governo Regional para as pousadas da Região, de uma gestão

inteiramente privada, é aprovado um único contrato de cedência de exploração, que substituiu o conjunto de títulos contratuais atualmente em vigor conforme a Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2019 de 2 de abril de 2019. Apesar de estar orçamentado um investimento de cerca de 55.000,00 € para o ano de 2020, face à situação de pandemia, não foi possível efetuar qualquer investimento nessa unidade hoteleira, prevendo-se para o ano de 2021.

*ILUSTRAÇÃO 9: POUSADA DA JUVENTUDE DA CALDEIRA DO SANTO CRISTO*



## 2.5. Investimento/Exploração dos Campos de Golfe da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira

A sociedade Ilhas de Valor, S.A. no período de março de 2010 a 2019 explorou os Campos de Golfe da ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A., e dando cumprimento ao contratualizado e aprovado em Assembleia Geral desta sociedade. A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então todos os proveitos e custos decorrentes do funcionamento da atividade dos Campos de Golfe da ilha de São Miguel. A atividade dos Campos consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada proshop e ocupação de tempos livres. Para além desta atividade, que é o core-business deste negócio, os Campos de Golfe também possuem duas infraestruturas sociais, denominadas Clubhouse, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como é o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

Tendo a Verdegolf, S.A. entrado em insolvência, em 2019 procedeu-se à aquisição à massa insolvente resultante de deliberação judicial, os campos de golfe da Batalha e das Furnas, conforme objetivo

definido pelo Governo Regional dos Açores para esta atividade e deliberação da Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A..

Em outubro de 2015, foi celebrado o contrato de Cessão de exploração com o Clube de Golfe da Ilha Terceira, sendo a única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores. Entende-se que o Golfe trata-se de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sejam integrados em eventos desportivos seja na prática individual.

Têm vindo a ser promovidos anualmente diversos eventos de golfe, que tem como objetivo consolidar o interesse dos campos de golfe dos Açores como um destino Europeu de qualidade onde se pode jogar golfe ao longo de todo o ano. Vários eventos tanto de cariz nacional como internacional vem sendo realizados, muitas vezes alternando os campos de golfe entre São Miguel e a Terceira, permitindo uma maior exposição das infraestruturas, promovendo o destino e sobretudo provocando um efeito multiplicador na economia das ilhas.

Em 2020 a atividade dos campos foi reduzida a 10 meses, pelo que houve a necessidade de encerrar ao público conforme as medidas sanitárias impostas. No entanto, as funções relacionadas com a manutenção do campo continuaram a ser realizadas sem interrupções.

Face à situação pandémica existiram vários períodos de inatividade dos campos de Golfe pelo que se aproveitou esse período para efetuar a remodelação e o isolamento do telhado do Clubhouse do campo de golfe da Batalha.

Na cozinha do clubhouse das Furnas foram efetuadas diversas obras, nomeadamente substituição do piso existente por antiderrapante, substituição dos azulejos das paredes, pintura de tetos e paredes e melhoramentos estruturais.

Ainda, durante o ano de 2020, por avaria da bomba do furo do campo de golfe da Batalha e, tendo em conta que esta é essencial à rega do campo, houve a necessidade da mesma ser substituída.

*ILUSTRAÇÃO 10 E 11: INSTALAÇÕES CAMPO GOLFE S. MIGUEL*



## 2.6. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

### 2.6.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2019	4.695.797,04
Montante Executado em 2020	16.785,55

### 2.6.2. Linha de Crédito Açores Investe II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividades enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 59 operações.

Montante Executado até 31/12/2019	10.003.824,62
Montante Executado em 2020	1.000.017,72

### 2.6.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 54 operações.

	Unidade: Euros
<b>Montante Executado até 31/12/2019</b>	<b>10.672.596,36</b>
<b>Montante Executado em 2020</b>	<b>711.988,25</b>

### 2.6.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 47 operações, 1 das quais ainda está ativa e beneficiam da referida Resolução. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, até ao momento, 46 empresas, estando 6 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>		<b>79.524.139,99</b>	<b>4.376</b>
Aprovadas	<b>344</b>	<b>91,0%</b>		
Desistências	<b>24</b>	<b>6,3%</b>		
Não aprovada	<b>10</b>	<b>2,6%</b>		
Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
<b>Aprovadas</b>	<b>344</b>		<b>79.524.139,99</b>	<b>4.376</b>

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2019	<b>7.490.296,00</b>
Montante Executado em 2020	<b>1.212.753,96</b>

### 2.6.5. Medidas de Apoio ao Emprego

Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consistia num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 € (microempresas) e 100.000,00 € (pequenas e médias empresas). Foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 14 de dezembro de 2017.

Atualmente, a EGL está a gerir e a pagar bonificações de 27 candidaturas, ainda ativas, que beneficiaram do referido Programa.

	Unidade: Euros
<b>Montante Executado até 31/12/2019</b>	<b>169.123,11</b>
<b>Montante Executado em 2020</b>	<b>58.454,52</b>

## 2.7. Compromissos Financeiros e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2020, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de 12.695.560,44 € (doze milhões seiscientos e noventa e cinco mil quinhentos e sessenta euros e quarenta e quatro cêntimos), proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, celebrados com as instituições financeiras Novo Banco dos Açores; Santander Totta e Bankinter. Este montante é inferior ao ano anterior atendendo ao valor de amortizações de 563.313,96€ reduzindo a dívida durante 2020.

Também estão incluídos os financiamentos resultantes dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).

A empresa Ilhas de Valor, S.A., não apresenta qualquer financiamento bancário de curto prazo no final de 2020.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A., contou com um Contrato-Programa com a Região para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa emergentes do mesmo, do qual foi recebido o valor de 3.200.000,00 € (três milhões e duzentos mil euros), no âmbito da Coesão até 31 de dezembro de 2020.

Por outro lado, e sendo a Ilhas de Valor, S.A., entidade gestora das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas, também contou com o valor de 3.000.000,00 € (três milhões de euros) por conta de Contrato-Programa.

## 3. Recursos Utilizados

### 3.1. Recursos Humanos

No final do exercício de 2020, eram 11 trabalhadores afetos aos serviços da sede Ilhas de Valor, S.A., (Santa Maria e Flores).

Sendo que a Ilhas de Valor, S.A., também contou com 65 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, totalizando assim 76 trabalhadores.

A empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda não tem trabalhadores afetos.

### 3.2. Recursos Técnico-Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2020 foram ao nível do imobilizado e inclui essencialmente as rubricas de Edifícios e Outras Construções e de Equipamento Básico, decorrente da conclusão do investimento na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no valor total de 2.310.491,86 euros.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 23.894.284,71 € (vinte e três milhões oitocentos e noventa e quatro mil duzentos e oitenta e quatro euros e setenta e um cêntimos)

## 4. Situação Económica – Financeira

### 4.1. Situação Económica

#### 4.1.1. Proveitos

Verifica-se em 2020 uma diminuição no que respeita às vendas e prestações de serviços, decorrente essencialmente das consequências da pandemia Covid-19. Relativamente aos Subsídios à Exploração,

esta conta reflete o valor dos Contratos Programa celebrados e outros subsídios de Apoio ao Emprego no total de 2.973.441,09 € (dois milhões novecentos e setenta e três mil quatrocentos e quarenta e um euros e nove cêntimos).

#### 4.1.2. Custos

Por outro lado, a empresa regista um aumento em fornecimentos e serviços durante 2020 quando comparado com o ano anterior. A rubrica de gastos com pessoal registou uma ligeira variação negativa.

#### 4.1.3. Resultados

	31-Dez-20	31-Dez-19
Resultados operacionais	979 855,98	1 596 072,41
Resultados financeiros	(270 228,98)	(279 402,09)
Resultados antes de impostos	709 627,00	1 316 670,32
Resultado líquido do exercício	576 905,04	1 059 290,88

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa é positivo, mas com uma diminuição considerável em relação ao ano anterior.

### 4.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2019 e 2020, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas do Património Líquido correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu Passivo Total é inferior comparativamente a anos anteriores, por via da amortização de capital de financiamentos bancários. Refira-se que a dívida da empresa é a longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

### 4.3. Dados Económico – Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar a diminuição do passivo da Ilhas de Valor, S.A..

	31-Dez-20	31-Dez-19
Total de Proveitos	3 779 626,88	4 397 970,81
Volume de Negócios	424 313,83	936 582,34
Resultados Financeiros	(270 228,98)	(279 402,09)
EBIT (Resultados Operacionais)	979 855,98	1 596 072,41
EBITDA (Cash-flow Operacional)	1 484 990,77	2 034 296,42
Resultados Antes de Impostos	709 627,00	1 316 670,32
Resultado Líquido do Exercício	576 905,04	1 059 290,88
Rendibilidade dos Capitais Próprios	3,01%	5,63%
Rendibilidade das Vendas	135,96%	113,10%
Liquidez Geral	221,80%	260,73%
Autonomia Financeira	40,69%	39,87%
Solvabilidade	68,59%	66,31%
Endividamento	59,31%	60,13%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista uma manutenção do nível de endividamento de cerca de 60%. O grau de solvabilidade e autonomia financeira da empresa também registam níveis semelhantes ao ano anterior.

### 4.4. Indicadores Económico – Financeiros

	31-Dez-20	31-Dez-19
Rendibilidade operacional	230,93%	170,41%
Rendibilidade Financeira	3,01%	5,63%
Rendibilidade Económica	1,22%	2,25%
Grau de alavanca operacional	-42,52%	5,12%
Grau de alavanca financeira	138,08%	121,22%
Grau de alavanca combinada	-42,52%	5,12%
Grau de Cobertura de Imobilizado	88,37%	91,42%

## 5. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

A 11 de março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia global denominada por COVID-19. No atual contexto de emergência de saúde pública, tem-se vindo a registar, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações em resultado desta pandemia Covid-19. Para fazer face a esta calamidade mundial, diversos governos, autoridades e agentes económicos implementaram um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Estamos perante a mais grave crise de sempre, sendo expectável impactos muito relevantes em todo o mundo. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que o setor do Turismo seja um dos mais afetados a nível mundial. Neste contexto, é já possível observar uma queda na procura de serviços relacionados com os Campos de Golfe e Museu da Fábrica da Baleia nas Flores, tendo a empresa sido obrigada a encerrar estas instalações a 16 de março de 2020, por um período estimado de três meses. A Administração da Ilhas de Valor está a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Dada a incerteza quer quanto ao período de duração da pandemia COVID-19 quer quanto ao seu impacto na economia global, a Ilhas de Valor, S.A. não consegue antecipar o impacto destes acontecimentos nos seus resultados, mas estima que estes venham a ser consideráveis.

A Ilhas de Valor, S.A. irá tomar todas as medidas possíveis, dentro das limitações que esta crise pandémica impõe, para mitigar os efeitos de quaisquer encerramentos temporários e para retomar as operações encerradas temporariamente, assim que as condições o permitirem.

## 6. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

## 7. Perspetivas

Atendendo que neste momento a Região Autónoma dos Açores já está em curso o processo de vacinação da população, prevemos que o ano de 2021 seja melhor em todos os níveis da nossa atividade, do que o registado em 2020.

Para ano de 2021 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descurar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

- \* Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

- \* Dinamizar um maior número de formações, workshops e webinars de forma a fornecer mais apoio aos nossos residentes na incubadora, bem como, a todos os empresários que pretendam participar.

## 8. Agradecimentos

No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

Vila do Porto, 28 de maio de 2021

O Conselho de Administração

# Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

CONTAS

2020



Pousada da Juventude da  
Caldeira de Santo Cristo, Lda

## 9. Contas

- ✓ 9.1. Balanço consolidado
- ✓ 9.2. Demonstração dos resultados consolidados por natureza
- ✓ 9.3 Demonstração dos resultados consolidados por funções
- ✓ 9.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados
- ✓ 9.5. Demonstração consolidada das alterações no património líquido
- ✓ 9.6. Anexos às demonstrações financeiras consolidadas
- ✓ 9.7. Mapas Orçamentais

## 9.1. Balanço consolidado

### Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.12.2020	31.12.2019
<b>ATIVO</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	25 530 662,61	25 697 628,83
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	7	-	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	-	-
Outros ativos financeiros		743,89	355,20
Ativos por impostos diferidos		-	-
<b>Total dos Ativos Não Correntes</b>		<b>25 531 406,50</b>	<b>25 697 984,03</b>
Inventários	9	62 091,61	68 108,12
Clientes	10	62 229,43	143 979,42
Estado e outros entes públicos	12	349 036,61	437 873,99
Outros créditos a receber	11	20 972 941,96	20 484 746,91
Diferimentos	13	182,92	191,57
Caixa e depósitos bancários	4	196 319,13	315 512,39
<b>Total dos Ativos Correntes</b>		<b>21 642 801,66</b>	<b>21 450 412,40</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>47 174 208,16</b>	<b>47 148 396,43</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Capital subscrito	15	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	16	775 000,00	720 000,00
Outras reservas			
Resultados transitados	14	7 014 128,49	6 061 154,08
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	17	1 490 747,25	1 604 352,06
Resultado líquido do período		584 441,16	1 066 727,24
Interesses minoritários		328 857,63	347 181,87
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>19 193 174,53</b>	<b>18 799 415,25</b>
<b>PASSIVO</b>			
Financiamentos obtidos	18	11 573 448,44	13 471 868,45
Outras dívidas a pagar	20	6 650 000,00	6 650 000,00
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>18 223 448,44</b>	<b>20 121 868,45</b>
Fornecedores	19	55 605,91	47 343,10
Estado e outros entes públicos	12	167 977,23	298 051,13
Financiamentos obtidos	18	1 264 108,03	
Outras dívidas a pagar	20	8 269 894,02	7 881 718,50
Diferimentos		-	-
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>9 757 585,19</b>	<b>8 227 112,73</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>27 981 033,63</b>	<b>28 348 981,18</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>47 174 208,16</b>	<b>47 148 396,43</b>

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

## 9.2. Demonstração dos resultados consolidados por natureza

### Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza Período findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	21	424 313,83	936 582,34
Subsídios à exploração	22	2 973 441,09	3 003 128,80
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(112 135,74)	(196 130,78)
Fornecimentos e serviços externos	23	(728 860,13)	(658 800,37)
Gastos com o pessoal	24	(1 394 775,12)	(1 418 317,03)
Outros rendimentos	25	381 871,96	458 259,67
Outros gastos	26	(58 865,12)	(90 426,21)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 484 990,77</b>	<b>2 034 296,42</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(505 134,79)	(438 224,01)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>979 855,98</b>	<b>1 596 072,41</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	27	(270 228,98)	(279 402,09)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>709 627,00</b>	<b>1 316 670,32</b>
Imposto sobre o rendimento do período	29	(132 721,96)	(257 379,44)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>576 905,04</b>	<b>1 059 290,88</b>
Resultados líquidos do período atribuível a Interesses Minoritários		7 536,12	7 436,36
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>584 441,16</b>	<b>1 066 727,24</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

### 9.3. Demonstração dos resultados consolidados por funções

#### Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções Período findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	2020	2019
Vendas e serviços prestados	424 313,83	936 582,34
Custo das vendas e serviços prestados	(840 995,87)	(854 931,15)
<b>Resultado bruto</b>	<b>(416 682,04)</b>	<b>81 651,19</b>
Outros rendimentos	3 355 313,05	3 461 388,47
Gastos de distribuição	-	-
Gastos administrativos	(1 958 775,03)	(1 946 967,25)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>979 855,98</b>	<b>1 596 072,41</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	(270 228,98)	(279 402,09)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>709 627,00</b>	<b>1 316 670,32</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(132 721,96)	(257 379,44)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>576 905,04</b>	<b>1 059 290,88</b>
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da empresa-mãe	584 441,16	1 066 727,24
Interesses minoritários	(7 536,12)	(7 436,36)

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

## 9.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

	31.12.2020	31.12.2019
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	507 083,38	1 121 495,77
Pagamentos a fornecedores	(815 511,83)	(890 107,26)
Pagamentos ao pessoal	(1 394 775,12)	(1 418 317,03)
Caixa gerada pelas operações	(1 703 203,57)	(1 186 928,52)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(83 526,44)	(646 861,25)
Outros recebimentos/pagamentos	(668 029,46)	625 754,14
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>	<b>(2 454 759,47)</b>	<b>(1 208 035,63)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(285 498,08)	(8 293 584,68)
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
	(285 498,08)	(8 293 584,68)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	258 973,66	1 154 347,15
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	258 973,66	1 154 347,15
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)</b>	<b>(26 524,42)</b>	<b>(7 139 237,53)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2 985 000,00	10 160 000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	3 200 982,30	3 096 628,80
	6 185 982,30	13 256 628,80
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(3 548 313,96)	(4 927 319,68)
Juros e gastos similares	(270 228,98)	(281 250,59)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	(3 818 542,94)	(5 208 570,27)
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)</b>	<b>2 367 439,36</b>	<b>8 048 058,53</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>(113 844,53)</b>	<b>(299 214,63)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>(413 806,75)</b>	<b>(114 592,12)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>(527 651,28)</b>	<b>(413 806,75)</b>

## 9.5. Demonstração consolidada das alterações no património líquido

### Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detetores do capital							Interesses minoritários	Total do património líquido
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total		
<b>Posição no Início do Período 2019</b>	<b>1</b>	9 000 000,00	620 000,00	-	4 060 827,71	612 532,16	1 974 614,12	16 267 973,99	366 941,55	16 634 915,54
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	100 000,00	-	2 000 326,37	991 819,90	(1 974 614,12)	1 117 532,15	(19 759,68)	1 097 772,47
	<b>2</b>	-	100 000,00	-	2 000 326,37	991 819,90	(1 974 614,12)	1 117 532,15	(19 759,68)	1 097 772,47
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>3</b>						1 066 727,24	1 066 727,24	-	1 066 727,24
<b>Resultado Integral</b>	<b>4=2+3</b>						(907 886,88)	(907 886,88)	(19 759,68)	(927 646,56)
Operações com detetores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>5</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no Fim do Período 2019</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	9 000 000,00	720 000,00	-	6 061 154,08	1 604 352,06	1 066 727,24	18 452 233,38	347 181,87	18 799 415,25

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

**Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2020**

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
<b>Posição no Início do Período 2020</b>	<b>1</b>	9 000 000,00	720 000,00	-	6 061 154,08	1 604 352,06	1 066 727,24	18 452 233,38	347 181,87	18 799 415,25
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	55 000,00	-	952 974,41	(113 604,81)	(1 066 727,24)	(172 357,64)	(18 324,24)	(190 681,88)
	<b>2</b>	-	55 000,00	-	952 974,41	(113 604,81)	(1 066 727,24)	(172 357,64)	(18 324,24)	(190 681,88)
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>3</b>						584 441,16	584 441,16	-	584 441,16
<b>Resultado Integral</b>	<b>4=2+3</b>						(482 286,08)	(482 286,08)	(18 324,24)	(500 610,32)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>5</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no Fim do Período 2020</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	9 000 000,00	775 000,00	-	7 014 128,49	1 490 747,25	584 441,16	18 864 316,90	328 857,63	19 193 174,53

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração



## 9.6. Anexos às demonstrações financeiras consolidadas

### Exercício Económico de 2020

## 1. Identificação da Entidade

A Ilhas de Valor, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em 29 de dezembro de 2005, com a sua sede na Rua Dr Luís Bettencourt 86 – 1º Vila do Porto. A empresa tem por principal atividade o planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

A Ilhas de Valor, S.A. acompanha e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Tem ainda como atividade, o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, a gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, a gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, a gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como o desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações.

A Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo Lda. é uma sociedade por quotas, constituída em 17 de julho de 2009, com a sua sede na Canada da Vinha Nova, Fajã Grande – Calheta - São Jorge. A empresa tem por principal atividade o alojamento de curta duração, nomeadamente como pousada de juventude.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* (“IAS”) emitidos pela *International Standards Committee* (“IASC”), os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e respectivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e *Standing Interpretation Committee* (“SIC”).

## 2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## 2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### **3.1. Consolidação**

#### **Associadas**

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte da participação da Ilhas de Valor, S.A. na participada Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina, bem como nas variações de capital resultantes de registos diretos no capital próprio por parte das Associadas. Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, a empresa-mãe reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

### **3.2. Conversão cambial**

#### **i) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas da Ilhas de Valor, S.A. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

#### **ii) Transações e saldos**

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, nas rúbricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

### 3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

### 3.4. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

### 3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **3.6. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)**

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

### **3.7. Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

### **3.8. Clientes e dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

### **3.9. Caixa e seus equivalentes**

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço consolidado, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

### 3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### 3.11. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

### 3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

#### **Imposto Corrente**

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,8%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante

máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

### **Imposto Diferido**

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

### **3.13. Benefícios aos empregados**

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

### **3.14. Provisões**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.15. Subsídios e apoios do Governo

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela ILHAS DE VALOR são reconhecidos pelo seu justo valor, nomeadamente pelo valor fixado no contrato assinado entre as partes, e quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

No caso de subsídios mistos, como o caso do Contrato-programa Coesão atribuído anualmente pela RAA, é apurada a parcela destinada a investimento e registada na rubrica de Capital Próprio, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. A parcela destinada a apoio à exploração é reconhecida na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

### 3.16. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

### **3.17. Especialização dos exercícios**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### **3.18. Rédito**

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

### **3.19. Resultados financeiros**

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### **3.20. Principais fontes de incerteza das estimativas**

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### **3.21. Classificação da demonstração da posição financeira**

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

### 3.22. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## 4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 têm a seguinte composição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Caixa	1 313,91	5 752,87
Depósitos à ordem	195 005,22	309 759,52
	<b>196 319,13</b>	<b>315 512,39</b>

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

## 5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

## 6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>								
Custo de aquisição	6 743 331,47	20 670 201,02	785 968,05	64 902,75	230 538,36	308 434,10	1 995 726,79	<b>30 799 102,54</b>
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 837 934,21)	(674 130,17)	(64 902,75)	(216 072,48)	(308 434,10)	-	<b>(5 101 473,71)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>6 743 331,47</b>	<b>16 832 266,81</b>	<b>111 837,88</b>	<b>-</b>	<b>14 465,88</b>	<b>-</b>	<b>1 995 726,79</b>	<b>25 697 628,83</b>
<b>Movimento do exercício</b>								
Adições	-	120 004,92	174 968,11	-	30 714,71	-	12 480,83	<b>338 168,57</b>
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2 008 207,62	-	-	-	-	(2 008 207,62)	-
Depreciação - período	-	(455 968,26)	(41 505,43)	-	(7 661,10)	-	-	<b>(505 134,79)</b>
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>6 743 331,47</b>	<b>18 504 511,09</b>	<b>245 300,56</b>	<b>-</b>	<b>37 519,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25 530 662,61</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>								
Custo de aquisição	6 743 331,47	22 798 413,56	960 936,16	64 902,75	261 253,07	308 434,10	-	<b>31 137 271,11</b>
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(4 293 902,47)	(715 635,60)	(64 902,75)	(223 733,58)	(308 434,10)	-	<b>(5 606 608,50)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>6 743 331,47</b>	<b>18 504 511,09</b>	<b>245 300,56</b>	<b>-</b>	<b>37 519,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25 530 662,61</b>

A principal variação nos ativos fixos tangíveis resume-se às rubricas de Edifícios e Outras Construções e de Equipamento Básico, decorrente da conclusão do investimento na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no valor total de 2.310.491,86 euros.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

## 7. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “ativos intangíveis” apresentava a seguinte composição:

	Projetos de desenvolvimento	Software	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>					
Custo de aquisição	-	-	383 991,32	-	<b>383 991,32</b>
Amortizações acumuladas	-	-	(383 991,32)	-	<b>(383 991,32)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Adições	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Amortização - período	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>					
Custo de aquisição	-	-	383 991,32	-	<b>383 991,32</b>
Amortizações acumuladas	-	-	(383 991,32)	-	<b>(383 991,32)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Não houve alterações nos ativos fixos intangíveis e estes estão totalmente amortizados. Consequentemente, no final do exercício de 2020, os ativos fixos Intangíveis não têm valor contabilístico.

## 8. Participações Financeiras

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos foram como segue:

- Sem participações financeiras em 2020.

## 9. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

Inventários	31-Dez-20	31-Dez-19
Mercadorias	45 572,59	50 219,90
Materias primas	16 519,02	17 888,22
	<b>62 091,61</b>	<b>68 108,12</b>
Imparidade de inventários	-	-
	<b>62 091,61</b>	<b>68 108,12</b>

	31-Dez-20			31-Dez-19		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	50 219,90	17 888,22	68 108,12	47 103,61	17 983,28	65 086,89
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	41 915,63	64 203,60	106 119,23	148 602,88	50 549,13	199 152,01
Custo de vendas	-75 616,51	-36 519,23	-112 135,74	-145 486,59	-50 644,19	-196 130,78
Saldo final em 31 de Dezembro	<b>16 519,02</b>	<b>45 572,59</b>	<b>62 091,61</b>	<b>50 219,90</b>	<b>17 888,22</b>	<b>68 108,12</b>

As compras de mercadorias e matérias-primas estão relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe, e com o Museu da Fábrica da Baleia das Flores.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2020, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 112.135,74 Euros (em 2019: 196.130,78 Euros).

## 10. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Clientes - gerais	-	62 229,43	-	143 979,42
Clientes - partes relacionadas	-	-	-	-
	-	<b>62 229,43</b>	-	<b>143 979,42</b>
Imparidade de clientes	-	-	-	-
	-	<b>62 229,43</b>	-	<b>143 979,42</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças, para os saldos correntes, entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 11. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como se segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
PO Açores 2020 (1)	221 122,77	480 096,43
Hotel Angrasol - Aval (2)	503 376,98	-
Fundo garantia - linha Açores Investe	3 000 000,00	3 000 000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas	1 000 000,00	1 000 000,00
Fundo garantia - linha Açores Investe II	4 500 000,00	4 500 000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas III	400 000,00	400 000,00
Linha Açores Investe I	289 244,97	289 244,97
Linha Açores Investe II	719 511,88	511 597,47
Linha Açores Empresas I	54 622,12	40 472,55
Linha Açores Empresas II	84 454,09	51 888,84
Linha Açores Empresas III	44 927,74	44 927,74
Linha Reestruturação I	191 037,99	176 393,48
Linha Reestruturação II	1 845 735,60	1 376 065,87
Linha Reestruturação III	667 812,31	844 217,76
Linha Açores Empresas I	40 472,55	54 622,12
Linha Açores Empresas II	51 888,84	84 454,09
Linha Açores Empresas III	5 631,95	5 631,95
Linha Empresas PVE (3)	7 094 928,02	7 240 290,64
Programa Estabilização do Emprego	16 742,28	67 197,88
Diversas Linhas	241 431,87	317 645,12
	<b>20 972 941,96</b>	<b>20 484 746,91</b>

(1) Apoio ao investimento no âmbito do Programa Operacional Açores 2020 para a instalação da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no montante de 1.634.443,58€. Até ao final do ano de 2020 já foi recebido o montante de 1.413.320,81€, prevendo-se receber em 2021 o restante valor de 221.122,77€.

Não existem quaisquer adiantamentos de recebimentos relativos a transações sem contraprestação.

(2) Em 2010, no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), a Ilhas de Valor, S.A. foi avalista de um contrato de financiamento de manifesto interesse regional concedido à empresa Angrasol – Hotelaria, Turismo e Comércio, S.A. no valor de 5.000.000 euros, mediante a prestação de contra-garantia por via da Hipoteca de dois prédios urbanos onde está edificado o Angra Marina Hotel. Entretanto, face à crise pandémica da Covid-19, a sociedade Angrasol, S.A. não cumpriu com o pagamento de 2 prestações bancárias previstas no plano de pagamentos do financiamento. Por conseguinte, a Ilhas de Valor, S.A., na qualidade de garante, pagou em outubro de 2020 o montante de 503.376,98€ à CEMAH – Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Nas contas da Ilhas de Valor, S.A., este valor foi considerado na rubrica de “Outros Créditos a Receber”, considerando a expectativa de recuperação da totalidade do valor pago, quer pela devolução da própria empresa Angrasol, S.A., quer pela execução da referida hipoteca.

(3) No que se refere ao Programa de Valorização do Emprego (PVE), salienta-se que foi cedida, às empresas beneficiárias, a possibilidade de aderirem ao prazo complementar de reembolso de empréstimo, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 75/2020, de 24 de março.

Destaca-se ainda que, o valor em dívida pela empresa Micol, Lda encontra-se em execução fiscal e a ser pago regularmente à Ilhas de Valor, S.A. através de cobrança coerciva pela Autoridade Tributária, junto dos seus sócios, no âmbito do Termo de Responsabilidade Pessoal que assinaram aquando da atribuição do financiamento. Foi, entretanto, interposta uma impugnação tributária por um dos sócios contra a RAA e a Ilhas de Valor, S.A. Uma vez apresentada a contestação, a 16.11.2020, o processo encontra-se concluso.

## 12. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31-Dez-20	31-Dez-19
<b>Ativo</b>		
Imposto s/ rendimento - IRC	243 845,50	417 698,50
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	105 191,11	20 175,49
Outros impostos e taxas	-	-
	<b>349 036,61</b>	<b>437 873,99</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto s/ rendimento - IRC	132 722,04	257 379,44
Imposto s/ rendimento - IRS	8 150,16	8 882,64
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	3 888,57
Segurança Social/CGA	27 105,11	27 900,48
Outros impostos e taxas	-	-
	<b>167 977,31</b>	<b>298 051,13</b>

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Pagamentos por conta	(243 845,50)	(417 698,50)
Retenções na Fonte	-	-
Estimativa de IRC (Nota 28)	132 722,04	257 379,44
	<b>(111 123,46)</b>	<b>(160 319,06)</b>

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

## 13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Ilhas de Valor, S.A. tem registado na rubrica Diferimentos – Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	31-Dez-20	31-Dez-19
Seguros e outros serviços	182,92	191,57
	<b>182,92</b>	<b>191,57</b>

## 14. Variações na rubrica de Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Património Líquido da empresa variou da seguinte forma:

	31-Dez-20	31-Dez-19	Variações
Capital	9 000 000,00	9 000 000,00	-
Reservas Legais	775 000,00	720 000,00	55 000,00
Resultados Transitados	7 014 128,49	6 061 154,08	952 974,41
Ajustamentos A. Financeiros			-
O. Variações Capital Próprio	1 490 747,25	1 604 352,06	(113 604,81)
Resultados	584 441,16	1 066 727,24	(482 286,08)
Interesses minoritários	328 857,63	347 181,87	-
<b>Total</b>	<b>19 193 174,53</b>	<b>18 799 415,25</b>	<b>412 083,52</b>

Desta forma, o património líquido da empresa que era de 18.799.415,25 euros em 2019 passa para 19.193.174,53 euros em 2020.

## 15. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social da Ilhas de Valor, S.A., encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1 800 000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	Nº de Ações	Capital Social
Capital	1 800 000	9 000 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 800 000</b>	<b>9 000 000,00</b>

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

Acionistas	Nº de Ações	Valor Nominal	% Detida
Região Autónoma dos Açores	910 000	4 550 000,00	50,56%
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4 450 000,00	49,44%
<b>TOTAL</b>	<b>1 800 000</b>	<b>9 000 000,00</b>	<b>100%</b>

## 16. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2020 e 2019 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

## 17. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o património líquido da empresa variaram da seguinte forma:

	Ajustamentos em Ativos	Outras Variações Capital	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2019</b>	<b>27 703,82 €</b>	<b>584 828,34 €</b>	<b>612 532,16 €</b>
Amortização de subsídio	-	1 215 132,02	<b>1 215 132,02</b>
Ajustamento por imposto	-	(204 142,18)	<b>(204 142,18)</b>
Ajustamento capital próprio subsidiária	(19 169,94)	-	<b>(19 169,94)</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>8 533,88 €</b>	<b>1 595 818,18 €</b>	<b>1 604 352,06 €</b>
Amortização de subsídio	-	(116 373,79)	<b>(116 373,79)</b>
Ajustamento por imposto	-	19 550,80	<b>19 550,80</b>
Ajustamento capital próprio subsidiária	(16 781,82)	-	<b>(16 781,82)</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>- 8 247,94 €</b>	<b>1 498 995,19 €</b>	<b>1 490 747,25 €</b>

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no património líquido da subsidiária.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no património líquido pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Comparticipações comunitárias - Subsídios	1 801 676,91	1 918 050,70
Ajustamento por imposto (Nota 20)	(302 681,72)	(322 232,52)
	<b>1 498 995,19 €</b>	<b>1 595 818,18 €</b>

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 20).

## 18. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

Financiamentos obtidos	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Santander Totta - Flores	407 698,03	58 242,00	465 940,03	-
Santander Totta - Graciosa	540 939,83	77 277,00	618 216,83	-
Santander Totta - Geral	353 957,02	116 656,53	700 000,00	-
CEMAH	-	-	-	-
Novo Banco dos Açores (A)	2 700 000,00	-	2 700 000,00	-
Novo Banco dos Açores (B)	4 782 857,14	797 142,86	5 700 000,00	-
Bankinter	2 646 000,39	214 789,64	3 074 717,54	-
Outros financiamentos DRAIC	141 996,03	-	212 994,05	-
	<b>11 573 448,44</b>	<b>1 264 108,03</b>	<b>13 471 868,45</b>	-

Tratam-se de financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os planos financeiros para cada. Uma vez que a totalidade dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.

Acresce ainda o financiamento a longo prazo recebido da DRAIC e com acordo prestacional em curso.

A Ilhas de Valor, S.A., no final de 2020, não apresenta saldo em Financiamento de Curto Prazo.

## 19. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Fornecedores conta corrente	55 605,91	47 343,10
Fornecedores recepção e conferência	-	-
	<b>55 605,91</b>	<b>47 343,10</b>

## 20. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	31-Dez-20		31-Dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Imobilizado	- €	14 145,56 €	- €	- €
Acréscimo Remunerações a Liquidar	- €	188 847,96 €	- €	182 661,58 €
Juros a Liquidar	- €	50 776,33 €	- €	46 886,40 €
Remunerações a Liquidar e Sindicato	- €	63,61 €	- €	146,83 €
Linhas Crédito Bancos	6 650 000,00 €	7 710 750,16 €	6 650 000,00 €	7 321 595,81 €
Ajustamentos em Subsídios	- €	305 310,40 €	- €	330 427,88 €
Outras contas a pagar	- €	- €	- €	- €
	<b>6 650 000,00 €</b>	<b>8 269 894,02 €</b>	<b>6 650 000,00 €</b>	<b>7 881 718,50 €</b>

Outras contas a pagar no valor de 253.833,46 euros e outros credores no montante de 8.016.060,56 euros, representam a totalidade contas e credores em corrente.

Outros Credores não corrente no valor de 6.650.000,00 euros referente ao Fundo de Garantia de Linhas de Crédito conforme discriminado, totalizam 14.919.894,02 euros, sendo o total de outras contas a pagar em passivo corrente e não corrente.

## 21. Rébito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-20			31-Dez-19		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	3 102,11		3 102,11	4 901,53		4 901,53
Vendas de produtos	46 238,62		46 238,62	79 353,92		79 353,92
Prestação de serviços	374 973,10		374 973,10	852 326,89		852 326,89
	<b>424 313,83</b>		<b>424 313,83</b>	<b>936 582,34</b>		<b>936 582,34</b>

A redução do volume de negócios resulta essencialmente dos efeitos do surto pandémico de Covid-19 que se propagou à escala mundial, colocando um travão na atividade económica global e com impactos profundos no sector do turismo. Os campos de golfe foram bastante afetados pela diminuição da procura pelos seus serviços, quer pela diminuição do fluxo turístico e cancelamento de torneios, como também pelo adiamento de eventos e festividades.

## 22. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Contrato-programa - Coesão	2 972 458,79	3 000 000,00
Apoio ao Emprego - Integra	982,30	3 128,80
	<b>2 973 441,09</b>	<b>3 003 128,80</b>

Em 2020, a Ilhas de valor recebeu o montante de 3.200.000 euros no âmbito da Resolução do Conselho de Governo n.º 251/2020 de 25 de setembro de 2020, destinado à concretização do plano de investimento e de atividade da empresa, com particular relevância no âmbito coesão regional. Deste montante, foi, entretanto, apurado o valor de 227.541,21€ de investimento em ativos fixos tangíveis, que foi reconhecido na rubrica de Capital Próprio e subsequentemente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. O restante montante de 2.972.458,79€ destinou-se à cobertura dos gastos inerentes ao funcionamento da sociedade e que foram incorridos no próprio exercício, pelo que foi contabilizado em subsídios de exploração.

## 23. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	417 362,72	339 301,47
Materiais	19 040,42	19 542,32
Energia e fluídos	122 141,07	134 365,35
Deslocações, estadas e transportes	6 374,72	15 050,73
Serviços diversos	163 941,20	150 540,50
	<b>728 860,13</b>	<b>658 800,37</b>

Registou-se um aumento generalizado das despesas gerais, sendo que estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade da empresa.

## 24. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2020 e 2019, foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Remunerações dos órgãos sociais	144 658,92	143 687,89
Remunerações do pessoal	980 619,19	1 000 072,62
Encargos sobre remunerações	245 154,50	251 307,77
Seguros	20 478,28	19 511,91
Outros gastos com pessoal	3 864,23	3 736,84
	<b>1 394 775,12</b>	<b>1 418 317,03</b>

Variação negativa no valor de 23.541,91 euros com pouca relevância nos custos globais.

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2020 foi de 73 e no exercício de 2019 foi de 74.

## 25. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Subsídios Investimento		
- SIDER - Hotel Flores e Graciosa	260 675,12	384 913,56
- SIDER - Adução Termas do Carrapacho	22 932,00	34 398,00
- PO 2020 - Incubadora Empresas St Maria	44 304,74	-
- Contrato-programa Coesão 2020	16 003,14	-
- SIDER PJCS	33 136,62	38 042,61
Outros rendimentos e ganhos	4 820,34	905,50
	<b>381 871,96</b>	<b>458 259,67</b>

Dos 381.871,96 euros contabilizados em outros proveitos, 377.051,62 euros dizem respeito à Imputação de Subsídio ao investimento, nomeadamente nos Hotéis Flores/Graciosa e Adução Termas do Carapacho (SIDER) no valor de 283.607,12€; na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (PO2020) no valor de 44.304,74€; nos investimentos em ativos fixos tangíveis no âmbito do Contrato-programa “Coesão” de 2020; e na Pousada da Juventude Caldeira de Santo Cristo no valor de 33.136,62€.

Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções exercício anterior.

## 26. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Impostos	18 133,10	54 262,49
Taxas	877,05	1 447,56
Outros gastos e perdas	39 854,97	34 716,16
	<b>58 865,12</b>	<b>90 426,21</b>

A verba de 18.133,10 euros inclui IMI, bem como impostos sobre equipamentos de transporte. A verba de 39.854,97 refletem o Imposto Selo em operações bancárias e as quotizações pagas a entidades externas.

## 27. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	203 065,51	222 402,23
Outros gastos e perdas de financiamento	67 163,47	56 999,86
	<b>270 228,98</b>	<b>279 402,09</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>270 228,98</b>	<b>279 402,09</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

Os gastos financeiros incluem os juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, contraídos pela empresa para o financiamento das suas atividades. Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos obtidos.

## 28. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2020 atingiam um valor de 4.113.859,79 euros (em 2019 – 4.956.130,92 euros), sendo que a esta data não existia nenhum financiamento em incumprimento.

## 29. Imposto sobre o Rendimento do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Imposto s/ rendimento corrente	132 721,96	257 379,44
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
	<b>132 721,96</b>	<b>257 379,44</b>

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Resultado antes de Imposto	717 163,12	1 324 106,68
Diferenças temporárias:		
Outros	-	(125 712,25)
	-	(125 712,25)
Diferenças permanentes:		
MEP	(11 723,08)	(11 567,89)
Outros	(38 759,44)	(38 759,44)
	(50 482,52)	(50 327,33)
Lucro Tributável/(Prejuízo Fiscal)	768 140,27	1 500 146,26
Taxa nominal de imposto	16,80%	16,80%
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	3,51
Tributação autónoma	3 674,39	5 351,36
Imposto diferido	-	-
<b>Imposto s/ Rendimento</b>	<b>132 721,96</b>	<b>257 379,44</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>18,51%</b>	<b>19,44%</b>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2020	2019
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
LT > 1 500 000 e < 7 500 000	2,40%	2,40%
LT > 7 500 000 e < 35 000 000	4,00%	4,00%
LT > 35 000 000	7,20%	7,20%

### 30. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2020 da empresa-mãe cifrou-se em 9.600 Euros. O mesmo não prestou outros serviços distintos de auditoria.

Em 2020 as contas consolidadas do grupo “Ilhas de Valor, S.A. “, dizem respeito às empresas Ilhas de Valor, S.A e “Pousada da Juventude Caldeira de Santo Cristo, Lda.”.

### 31. Eventos subsequentes

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença (“COVID-19”). Em resultado, as autoridades competentes locais e internacionais têm vindo a estabelecer um conjunto de medidas excecionais e de carácter temporário com o objetivo de conter a propagação da referida doença. Face a esta situação a empresa tem vindo a implementar um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir as suas atividades. Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o Conselho de Administração considera que, tendo por base a natureza das atividades desenvolvidas e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

Nestes termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de fato que levaram à inclusão desta nota no Anexo às demonstrações financeiras do exercício de 2020.

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2020 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

## 9.7. Mapas Orçamentais Consolidados

No que respeita às regras e métodos observados na consolidação, incluindo a identificação dos procedimentos de homogeneização e agregação dos dados e de eliminação das operações intraperímetro, as regras adotadas são as seguintes:

### **Plano de contas central**

O Plano de contas financeiro para as entidades do perímetro é o que consta do Plano de contas multidimensional (PCM), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprova o SNC-AP.

O Plano de contas orçamental para as entidades do perímetro é o que consta na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

O plano de contas central é o denominador comum entre ambos os planos e foi definido pela UNILEO, com base no (PCM) e com as alterações introduzidas no corrente exercício.

A correspondência entre a classificação económica (DL n.º 26/2002, de 14 de fevereiro) e as rubricas das demonstrações orçamentais do SNC-AP foi efetuado conforme disponibilizado pela UNILEO, com as devidas atualizações.

### **Hierarquias de consolidação**

A Ilhas de Valor, S.A. (IV) é responsável pela consolidação de contas, estando incluída nesta a sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda. (PJCS).

### **Nível dos classificadores orçamentais aplicado na consolidação**

O nível dos classificadores orçamentais aplicado foi o das rubricas das demonstrações orçamentais do SNC-AP.

### **Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados**

A preparação das demonstrações orçamentais consolidadas realizou-se pela agregação das diferentes rubricas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos, segundo a natureza das operações, constantes das demonstrações orçamentais anuais individuais.

### **Procedimentos de eliminação das operações internas**

Durante o exercício de 2020 existiram operações financeiras entre as entidades do grupo, nomeadamente o reforço de empréstimos, detalhadas no processo de homogeneização e agregação dos dados, operações estas que foram eliminadas no processo de consolidação.

As operações internas são as que constam no quadro de operações internas de homogeneização e agregação dos dados em baixo.

### **Método de consolidação financeira**

O método de consolidação adotado foi o método de simples agregação, que consiste na soma, linha por linha, das demonstrações financeiras das entidades pertencentes ao grupo público, na proporção da sua participação.

### **Método de consolidação orçamental**

O método de consolidação adotado foi o método da consolidação simples, traduzindo-se na soma algébrica de rubricas equivalentes de liquidações e obrigações do ano corrente, bem como dos recebimentos e pagamentos da gerência, constantes nas demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao grupo público, na proporção da sua participação.

## 9.7.1. Operações Internas e Fora do Perímetro – Recebimentos e pagamentos

### Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

OPERAÇÕES INTERNAS - RECEBIMENTOS   PAGAMENTOS						
Descrição	Valor	Recebimentos		Pagamentos		
		Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica	
1 - 2020-Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	81 650,00	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	
2 - 2019-Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	93 500,00	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4	

OPERAÇÕES FORA DO PERÍMETRO - RECEBIMENTOS   PAGAMENTOS					
Descrição	Valor	Liquidação		Obrigação	
		Entidade	% Não Detida	Entidade	% Não Detida
1 - 2020-Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%
2 - 2019-Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%

Rubrica	RECEBIMENTOS									
	Receita Cobrada Liq.				Operações internas		Operações fora do perímetro		Total Grupo	
	Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada	1	2	1	2	2020	2019
<b>RECEBIMENTOS</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2019</b>					<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo de gerência anterior									0,00	0,00
Operações orçamentais [1]	306 442,20	5 889,44	612 895,15	1 831,87					312 331,64	614 727,02
Restituição do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	3 180,75	0,00	0,00	0,00					3 180,75	0,00
<b>Receita corrente</b>	<b>674 096,58</b>	<b>0,00</b>	<b>1 304 411,60</b>	<b>380,14</b>					<b>674 096,58</b>	<b>1 304 642,99</b>
R1 Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1 Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	513 187,80	0,00	1 111 566,03	0,00			0,00	0,00	513 187,80	1 111 566,03
R7 Outras receitas correntes	160 908,78	0,00	192 845,57	380,14			0,00	-148,75	160 908,78	193 076,96
<b>Receita de capital</b>	<b>6 607 085,05</b>	<b>81 650,00</b>	<b>8 685 170,01</b>	<b>93 500,00</b>					<b>6 607 085,05</b>	<b>8 685 170,01</b>
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	6 460 740,13	81 650,00	7 904 347,15	93 500,00					6 460 740,13	7 904 347,15
R9.1 Transferências de capital	6 460 740,13	81 650,00	7 904 347,15	93 500,00					6 460 740,13	7 904 347,15
R9.1.1 Administrações Públicas	6 201 766,47	0,00	6 750 000,00	0,00					6 201 766,47	6 750 000,00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	6 201 766,47	0,00	6 750 000,00	0,00			0,00	0,00	6 201 766,47	6 750 000,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - UE	258 973,66	0,00	1 154 347,15	0,00			0,00	0,00	258 973,66	1 154 347,15
R9.1.3 Outras	0,00	81 650,00	0,00	93 500,00	-81 650,00	-93 500,00			0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	146 344,92	0,00	780 822,86	0,00			0,00	0,00	146 344,92	780 822,86
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>7 281 181,63</b>	<b>81 650,00</b>	<b>9 989 581,61</b>	<b>93 880,14</b>					<b>7 281 181,63</b>	<b>9 989 813,00</b>
<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>2 820 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 160 000,00</b>	<b>0,00</b>					<b>2 820 000,00</b>	<b>10 160 000,00</b>
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	2 820 000,00	0,00	10 160 000,00	0,00			0,00	0,00	2 820 000,00	10 160 000,00
<b>Receita Total [4] = [1]+[2]+[3]</b>	<b>10 407 623,83</b>	<b>87 539,44</b>	<b>20 762 476,76</b>	<b>95 712,01</b>					<b>10 413 513,27</b>	<b>20 764 540,02</b>
<b>Operações de tesouraria [B]</b>	<b>166 051,26</b>	<b>0,00</b>	<b>3 690,51</b>	<b>0,00</b>			0,00	0,00	<b>166 051,26</b>	<b>3 690,51</b>

Rubrica	PAGAMENTOS	PAGAMENTOS									
		Despesa Paga Liq.				Operações internas		Operações fora do perímetro		Total Grupo	
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada	1	2	1	2	2020	2019
	<b>Despesa corrente</b>	<b>2 887 820,94</b>	<b>16 000,71</b>	<b>3 560 596,29</b>	<b>18 824,55</b>					<b>2 897 560,50</b>	<b>3 572 054,71</b>
D1	Despesas com o pessoal	1 386 949,26	0,00	1 481 630,95	0,00					1 386 949,26	1 481 630,95
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 100 147,86	0,00	1 095 510,68	0,00			0,00	0,00	1 100 147,86	1 095 510,68
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	21 688,33	0,00	34 802,49	0,00			0,00	0,00	21 688,33	34 802,49
D1.3	Segurança social	265 113,07	0,00	351 317,78	0,00			0,00	0,00	265 113,07	351 317,78
D2	Aquisição de bens e serviços	937 672,09	13 085,87	1 035 590,04	15 415,66			-5 120,56	-6 032,21	945 637,40	1 044 973,49
D3	Juros e outros encargos	237 446,00	0,00	279 617,46	0,00			0,00	0,00	237 446,00	279 617,46
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	325 753,59	2 914,84	763 757,84	3 408,89			-1 140,59	-1 333,91	327 527,84	765 832,82
	<b>Despesa de capital</b>	<b>3 439 474,03</b>	<b>0,00</b>	<b>12 039 116,61</b>	<b>0,00</b>					<b>3 357 824,03</b>	<b>11 945 616,61</b>
D6	Aquisições de bens de capital	357 824,03	0,00	8 195 616,61	0,00			0,00	0,00	357 824,03	8 195 616,61
D7	Transferências e subsídios de capital	81 650,00	0,00	93 500,00	0,00					0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	81 650,00	0,00	93 500,00	0,00					0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	81 650,00	0,00	93 500,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	3 000 000,00	0,00	3 750 000,00	0,00			0,00	0,00	3 000 000,00	3 750 000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>6 327 294,97</b>	<b>16 000,71</b>	<b>15 599 712,90</b>	<b>18 824,55</b>					<b>6 255 384,53</b>	<b>15 517 671,32</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>3 886 690,94</b>	<b>70 998,02</b>	<b>4 856 321,66</b>	<b>70 998,02</b>					<b>3 929 907,13</b>	<b>4 899 537,85</b>
D9	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D12	Passivos financeiros	3 886 690,94	70 998,02	4 856 321,66	70 998,02			-27 781,83	-27 781,83	3 929 907,13	4 899 537,85
	<b>Despesa Total [7]=[5]+[6]</b>	<b>10 213 985,91</b>	<b>86 998,73</b>	<b>20 456 034,56</b>	<b>89 822,57</b>					<b>10 185 291,66</b>	<b>20 417 209,17</b>
	<b>Operações de tesouraria [C]</b>	<b>167 091,51</b>	<b>0,00</b>	<b>509,76</b>	<b>0,00</b>			0,00	0,00	<b>167 091,51</b>	<b>509,76</b>
	<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>195 778,42</b>	<b>540,71</b>	<b>309 622,95</b>	<b>5 889,44</b>					<b>230 362,11</b>	<b>350 511,60</b>
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	193 637,92	540,71	306 442,20	5 889,44					228 221,61	347 330,85
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	2 140,50	0,00	3 180,75	0,00					2 140,50	3 180,75
	<b>Saldo global [2]-[5]</b>	<b>953886,66</b>	<b>65649,29</b>	<b>-5610131,29</b>	<b>75055,59</b>					<b>1 025 797,10</b>	<b>-5 527 858,32</b>
	Despesa primária	6 089 848,97	16 000,71	15 320 095,44	18 824,55					6 017 938,53	15 238 053,86
	Saldo corrente	-2 213 724,36	-16 000,71	-2 256 184,69	-18 444,41					-2 223 463,92	-2 267 411,72
	Saldo de capital	3 167 611,02	81 650,00	-3 353 946,60	93 500,00					3 249 261,02	-3 260 446,60
	Saldo primário	1 191 332,66	65 649,29	-5 330 513,83	75 055,59					1 263 243,10	-5 248 240,86
	Receita total [1]+[2]+[3]	10 407 623,83	87 539,44	20 762 476,76	95 712,01					10 413 513,27	20 764 540,02
	Despesa total [5]+[6]	10 213 985,91	86 998,73	20 456 034,56	89 822,57					10 185 291,66	20 417 209,17

## 9.7.2. Operações Internas e Fora do Perímetro – Liquidações e obrigações

### Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

OPERAÇÕES INTERNAS - LIQUIDAÇÕES   COBRANÇAS					
Descrição	Valor	Liquidação		Obrigação	
		Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica
1 - 2020-Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	81 650,00	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4
2 - 2019-Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	93 500,00	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4

OPERAÇÕES FORA DO PERÍMETRO - LIQUIDAÇÕES   COBRANÇAS					
Descrição	Valor	Liquidação		Obrigação	
		Entidade	% Não Detida	Entidade	% Não Detida
1 - 2020-Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%
2 - 2019-Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%

IV - Ilhas de Valor, S.A.

PJCSC - Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	LIQUIDAÇÕES									
		Receta líquida - Ano corrente				Operações Internas		Operações fora do perímetro		Simples Agregação	
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada	1	2	1	2	2020	2019
	<b>Receta corrente</b>	<b>655 947,65</b>	<b>1 019,56</b>	<b>1 305 042,35</b>	<b>0,00</b>					<b>656 568,25</b>	<b>1 305 042,35</b>
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R5.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	495 038,87	0,00	1 112 196,78	0,00			0,00	0,00	495 038,87	1 112 196,78
R7	Outras receitas correntes	160 908,78	1 019,56	192 845,57	0,00			-398,96	0,00	161 529,38	192 845,57
	<b>Receta de capital</b>	<b>6 607 085,05</b>	<b>81 650,00</b>	<b>8 685 170,01</b>	<b>93 500,00</b>					<b>6 607 085,05</b>	<b>8 685 170,01</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	6 460 740,13	81 650,00	7 904 347,15	93 500,00					6 460 740,13	7 904 347,15
R9.1	Transferências de capital	6 460 740,13	81 650,00	7 904 347,15	93 500,00					6 460 740,13	7 904 347,15
R9.1.1	Administrações Públicas	6 201 766,47	0,00	6 750 000,00	0,00					6 201 766,47	6 750 000,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	6 201 766,47	0,00	6 750 000,00	0,00			0,00	0,00	6 201 766,47	6 750 000,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	258 973,66	0,00	1 154 347,15	0,00			0,00	0,00	258 973,66	1 154 347,15
R9.1.3	Outras	0,00	81 650,00	0,00	93 500,00	-81 650,00	-93 500,00			0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	146 344,92	0,00	780 822,86	0,00			0,00	0,00	146 344,92	780 822,86
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Receta efetiva [2]</b>	<b>7 263 032,70</b>	<b>82 669,56</b>	<b>9 990 212,36</b>	<b>93 500,00</b>					<b>7 263 653,30</b>	<b>9 990 212,36</b>
	<b>Receta não efetiva [3]</b>	<b>2 820 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>700 000,00</b>	<b>0,00</b>					<b>2 820 000,00</b>	<b>700 000,00</b>
R12	Receta com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receta com passivos financeiros	2 820 000,00	0,00	700 000,00	0,00			0,00	0,00	2 820 000,00	700 000,00
	<b>Receta Total [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>10 083 032,70</b>	<b>82 669,56</b>	<b>10 690 212,36</b>	<b>93 500,00</b>	<b>-81 650,00</b>	<b>-93 500,00</b>	<b>-398,96</b>	<b>0,00</b>	<b>10 083 653,30</b>	<b>10 690 212,36</b>

Rubrica	OBRIGAÇÕES	OBRIGAÇÕES									
		Obrigações líquidas - Ano corrente				Operações internas		Operações fora do perímetro		Simples Agregação	
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada	1	2	1	2	2020	2019
	2020	2019	2020	2019							
	<b>Despesa corrente</b>	<b>2 952 283,13</b>	<b>16 236,71</b>	<b>3 726 395,30</b>	<b>19 788,55</b>					<b>2 962 166,34</b>	<b>3 738 428,33</b>
D1	Despesas com o pessoal	1 421 608,46	0,00	1 524 002,19	0,00					1 421 608,46	1 524 002,19
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 116 159,94	0,00	1 114 710,50	0,00			0,00	0,00	1 116 159,94	1 114 710,50
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	22 072,86	0,00	35 261,54	0,00			0,00	0,00	22 072,86	35 261,54
D1.3	Segurança social	283 375,66	0,00	374 030,15	0,00			0,00	0,00	283 375,66	374 030,15
D2	Aquisição de bens e serviços	967 455,08	13 321,87	1 159 017,81	16 359,66			-5 212,91	-6 401,61	975 564,04	1 168 975,86
D3	Juros e outros encargos	237 446,00	0,00	279 617,46	0,00			0,00	0,00	237 446,00	279 617,46
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	325 773,59	2 914,84	763 757,84	3 408,89			-1 140,59	-1 333,91	327 547,84	765 832,82
	<b>Despesa de capital</b>	<b>3 467 340,63</b>	<b>0,00</b>	<b>12 039 116,61</b>	<b>0,00</b>					<b>3 385 690,63</b>	<b>11 945 616,61</b>
D6	Aquisições de bens de capital	385 690,63	0,00	8 195 616,61	0,00			0,00	0,00	385 690,63	8 195 616,61
D7	Transferências e subsídios de capital	81 650,00	0,00	93 500,00	0,00					0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	81 650,00	0,00	93 500,00	0,00					0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	81 650,00	0,00	93 500,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	3 000 000,00	0,00	3 750 000,00	0,00			0,00	0,00	3 000 000,00	3 750 000,00
D9	Despesas com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesas com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>6 419 623,76</b>	<b>16 236,71</b>	<b>15 765 511,91</b>	<b>19 788,55</b>					<b>6 347 856,97</b>	<b>15 684 044,94</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>3 886 690,94</b>	<b>70 998,02</b>	<b>4 856 321,66</b>	<b>70 998,02</b>					<b>3 929 907,13</b>	<b>4 899 537,65</b>
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros	3 886 690,94	70 998,02	4 856 321,66	70 998,02			-27 781,83	-27 781,83	3 929 907,13	4 899 537,65
	<b>Despesa Total [7]=[5]+[6]</b>	<b>10 306 314,70</b>	<b>87 234,73</b>	<b>20 621 833,57</b>	<b>90 786,57</b>	<b>-81 650,00</b>	<b>-93 500,00</b>	<b>-34 135,33</b>	<b>-35 517,35</b>	<b>10 277 764,10</b>	<b>20 583 582,79</b>

### 9.7.3. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

<b>Grupo Público - Ilhas de Valor</b>							
Gerência de 01-01-2020 a 31-12-2020							
<b>Rubrica</b>	<b>RECEBIMENTOS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Rubrica</b>	<b>PAGAMENTOS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
	<b>Saldo de gerência anterior</b>						
	Operações orçamentais [1]	312 331,64	614 727,02				
	Restituição do saldo oper. Orçamentais						
	Operações de tesouraria [A]	3 180,75	0,00				
	<b>Receita corrente</b>	<b>674 096,58</b>	<b>1 304 642,99</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>2 897 560,50</b>	<b>3 572 054,71</b>
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	1 386 949,26	1 481 630,95
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 100 147,86	1 095 510,68
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	21 688,33	34 802,49
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	265 113,07	351 317,78
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	945 637,40	1 044 973,49
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	237 446,00	279 617,46
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00
R5.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	D4.1	Transferências Correntes	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	513 187,80	1 111 566,03	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	160 908,78	193 076,96	D5	Outras despesas correntes	327 527,84	765 832,82
	<b>Receita de capital</b>	<b>6 607 085,05</b>	<b>8 685 170,01</b>		<b>Despesa de capital</b>	<b>3 357 824,03</b>	<b>11 945 616,61</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisições de bens de capital	357 824,03	8 195 616,61
R9	Transferências e subsídios de capital	6 460 740,13	7 904 347,15	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	6 460 740,13	7 904 347,15	D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	6 201 766,47	6 750 000,00	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	6 201 766,47	6 750 000,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	258 973,66	1 154 347,15	D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	146 344,92	780 822,86	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	3 000 000,00	3 750 000,00

	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>7 281 181,63</b>	<b>9 989 813,00</b>		<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>6 255 384,53</b>	<b>15 517 671,32</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>2 820 000,00</b>	<b>10 160 000,00</b>		<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>3 929 907,13</b>	<b>4 899 537,85</b>
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	2 820 000,00	10 160 000,00	D10	Despesa com passivos financeiros	3 929 907,13	4 899 537,85
	<b>Receita Total [4] = [1]+[2]+[3]</b>	<b>10 413 513,27</b>	<b>20 764 540,02</b>		<b>Despesa Total [7]=[5]+[6]</b>	<b>10 185 291,66</b>	<b>20 417 209,17</b>
	<b>Operações de tesouraria [B]</b>	<b>166 051,26</b>	<b>3 690,51</b>		<b>Operações de tesouraria [C]</b>	<b>167 091,51</b>	<b>509,76</b>
					<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>230 362,11</b>	<b>350 511,60</b>
					Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	228 221,61	347 330,85
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	2 140,50	3 180,75
	<b>Saldo global [2]-[5]</b>	<b>1 025 797,10</b>	<b>-5 527 858,32</b>		<b>Despesa primária</b>	<b>6 017 938,53</b>	<b>15 238 053,86</b>
	Despesa primária	6 017 938,53	15 238 053,86		Saldo corrente	-2 223 463,92	-2 267 411,72
	Saldo corrente	-2 223 463,92	-2 267 411,72		Saldo de capital	3 249 261,02	-3 260 446,60
	Saldo de capital	3 249 261,02	-3 260 446,60		Saldo primário	1 263 243,10	-5 248 240,86
	Saldo primário	1 263 243,10	-5 248 240,86		Receita total [1]+[2]+[3]	10 413 513,27	20 764 540,02
	Receita total [1]+[2]+[3]	10 413 513,27	20 764 540,02		Despesa total [5]+[6]	10 185 291,66	20 417 209,17
	Despesa total [5]+[6]	10 185 291,66	20 417 209,17				

## 9.7.4. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

<b>Grupo Público - Ilhas de Valor</b>							
Gerência de 01-01-2020 a 31-12-2020							
<b>Rubrica</b>	<b>LIQUIDAÇÕES</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Rubrica</b>	<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
	<b>Receita corrente</b>	<b>656 568,25</b>	<b>1 305 042,35</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>2 962 166,34</b>	<b>3 738 428,33</b>
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	1 421 608,46	1 524 002,19
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 116 159,94	1 114 710,50
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	22 072,86	35 261,54
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	283 375,66	374 030,15
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	975 564,04	1 168 975,86
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	237 446,00	279 617,46
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	D4	Transferências correntes	0,00	0,00
R5.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	D4.1	Transferências Correntes	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	495 038,87	1 112 196,78	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	161 529,38	192 845,57	D5	Outras despesas correntes	327 547,84	765 832,82
	<b>Receita de capital</b>	<b>6 607 085,05</b>	<b>8 685 170,01</b>		<b>Despesa de capital</b>	<b>3 385 690,63</b>	<b>11 945 616,61</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisições de bens de capital	385 690,63	8 195 616,61
R9	Transferências e subsídios de capital	6 460 740,13	7 904 347,15	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	6 460 740,13	7 904 347,15	D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	6 201 766,47	6 750 000,00	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	6 201 766,47	6 750 000,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	258 973,66	1 154 347,15	D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	146 344,92	780 822,86	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	3 000 000,00	3 750 000,00
				D9	Despesas com ativos financeiros	0,00	0,00
				D10	Despesas com passivos financeiros	0,00	0,00
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>7 263 653,30</b>	<b>9 990 212,36</b>		<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>6 347 856,97</b>	<b>15 684 044,94</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>2 820 000,00</b>	<b>700 000,00</b>		<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>3 929 907,13</b>	<b>4 899 537,85</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	2 820 000,00	700 000,00	D11	Despesa com passivos financeiros	3 929 907,13	4 899 537,85
	<b>Receita Total [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>10 083 653,30</b>	<b>10 690 212,36</b>		<b>Despesa Total [7]=[5]+[6]</b>	<b>10 277 764,10</b>	<b>20 583 582,79</b>

## 10. Relatório e Certificação Legal das Contas

**Sócios**  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

**EXERCÍCIO DE 2020**

**(Contas Consolidadas)**

Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da **ILHAS DE VALOR, S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, as quais, em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais.

Ao mesmo tempo, damos o nosso Parecer sobre os mesmos documentos.

**RELATÓRIO**

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela **ILHAS DE VALOR, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O relatório consolidado de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas da consolidação.



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

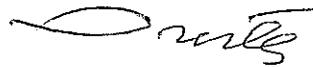
Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, somos de

**PARECER**

que a Assembleia Geral aprove o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Ponta Delgada, 28 de Maio de 2021

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 47.174.208 euros e um total de património líquido de 19.193.175 euros, incluindo um resultado líquido de 584.441 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

*Duarte*

---

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

**Ênfase**

Em Março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença (“COVID-19”). Em resultado, conforme mencionado na nota 31 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem vindo a implementar, como no exercício anterior, um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir a sua atividade. Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o órgão de gestão considera que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

Neste termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de facto que levaram à apresentação da atual ênfase.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas**

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental, a demonstração consolidada da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 10.413.513 euros), a demonstração consolidada da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 10.185.292 euros) e a demonstração consolidada de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).



**Sócios**

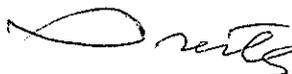
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

**Sobre o relatório consolidado de gestão**

Em nossa opinião, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 28 de Maio de 2021



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)